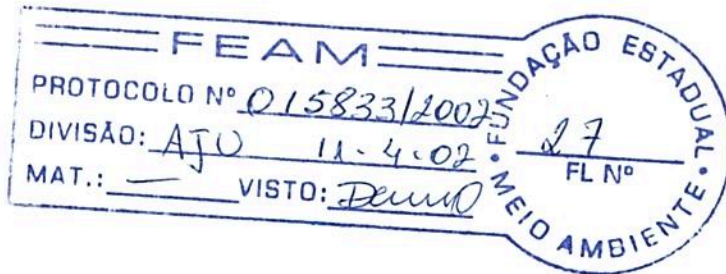


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº: 334/96/01/1996

Ref: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 259/96

Apresentado por Indústria de Farinhas Barbacena Ltda

PARECER JURÍDICO

1) Relatório:

1 - A empresa Indústria de Farinhas Barbacena foi multada, em decorrência do julgamento do presente processo, nos seguintes valores: R\$ 2.629,43, aplicada pelo Presidente da FEAM, por "emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas", e em R\$ 3.244,71, aplicada pela CID/COPAM, por "dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação", infrações tipificadas, respectivamente, como Grave e Gravíssima.

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível.

A empresa foi devidamente notificada da decisão de aplicação das multas, através do ofício OF/COPAM/FEAM/Nº 016/2002, consoante comprovado pelo AR de fls. 20.

No entanto, o Pedido de Reconsideração foi protocolizado perante a FEAM fora do prazo legal, razão pela qual não merece ser conhecido, senão vejamos.

O artigo 29, e o parágrafo único do artigo 32, ambos do Decreto nº 39.424/98, assim dispõem:

Art. 29 – A imposição das penalidades de que tratam os artigos 27 e 28 deste Regulamento será notificada, por escrito, ao infrator, através de carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR).

Parágrafo único (do artigo 32) – O pedido de reconsideração deverá ser protocolado, em qualquer caso, no órgão seccional de apoio responsável pela autuação, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento, pelo infrator, da notificação de que trata o artigo 29.
(acrescentamos e grifamos)



feam

2

Assim sendo, tendo em vista que a contagem do prazo segue a regra do *dies a quo* prevista no Código de Processo Civil (exclui-se o dia do início, inclui-se o dia do vencimento), e uma vez que o citado ofício foi recebido pela autuada em 16-01-2002, o prazo final para apresentação do Pedido de Reconsideração encerrou-se em 05-02-2002.

Ora, consoante se verificou pela data do protocolo às fls. 21, o Pedido de Reconsideração foi apresentado somente em 06-02-2002, portanto após o término do prazo legal, razão pela qual não merece ser conhecido e analisado.


II) Conclusão:

Diante do exposto, considerando que a recorrente apresentou seu Pedido de Reconsideração fora do prazo legal, remetemos os autos ao Presidente da FEAM e, posteriormente, à CID/COPAM, recomendando o seguinte:

→ o indeferimento do Pedido de Reconsideração, sem apreciação do mérito, com manutenção das multas aplicadas, bem como a remessa dos autos à cobrança imediata das multas, consoante disposto no artigo 30 do Decreto 39.424/98, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2002.


Ana Paula Durães Rabelo
Consultora FUNDEP
OAB/MG 76.603